

Diploma: **CIVA: ARTIGO 29º**, N.ºs 2, 3 E 4

**Assunto:** ENTIDADE NÃO RESIDENTE  
OPERAÇÕES REALIZADAS EM PORTUGAL

Proc. I302 2005006 com despacho concordante do Subdirector-Geral dos Impostos, em subst  
Geral dos Impostos, em 13/10/2005.

### SITUAÇÃO APRESENTADA

1. A exponente encontra-se enquadrada, para efeitos de IVA, no regime normal trimestral, exco  
de Agentes do comércio por grosso misto - CAE 051190.

2. Vai ser intermediária na venda de equipamentos fabricados por uma empresa americana; informação com carácter vinculativo, sobre os procedimentos a seguir para, em nome do seu reg  
que sejam cumpridas todas as obrigações fiscais na operação a seguir indicada :

- a) Uma entidade estatal portuguesa lança um concurso para aquisição de equipamentos respectiva entrega livre de quaisquer ónus ou encargos;
- b) A empresa norte americana apresenta a sua proposta para o fornecimento dos referidos e mais IVA à taxa em vigor), tendo-se concluído pela sua adjudicação.
- c) A empresa norte americana nomeia a consulente como seu representante fiscal para esta ope

3. Em anexo ao fax remetido em 2005.08.01, a exponente junta fotocópia de uma procur empresa norte americana em 2005.01.20 (assinada na presença de Notário Público, X) o exponente na qualidade de sua representante, está autorizada a "assinar a proposta, o contr contrato, e todos os documentos requeridos ou relacionados com o Concurso Público Inte Ministério W e de levar a cabo todas as acções consideradas necessárias ou oportunas em americana, no que respeita ao Concurso Público acima referido".

### ENQUADRAMENTO DA SITUAÇÃO FACE AO CIVA

1. O conceito de sujeito passivo definido na alínea a) do n.º 1 do **artº 2º** do Código do IVA, a transnacional, o que implica que as entidades residentes no estrangeiro sejam consideradas s imposto quando realizem operações tributáveis no território nacional, desde que integradas i actividade económica.

2. Nos termos da alínea a) do n.º1 do **artº 1º** do Código do IVA, estão sujeitas a imposto "*as tr e as prestações de serviços efectuadas no território nacional, a título oneroso, por um sujeito , tal*" encontrando-se delimitado no artº 6º o conceito de operações realizadas no território nacion

3. No que respeita às transmissões de bens o n.º 1 do citado artigo estabelece que se conside território nacional as transmissões de bens que nele estejam situados no momento em que se ir expedição para o adquirente ou, no caso de não haver expedição ou transporte, no momento e disposição do adquirente.

4. Face às referidas disposições legais, verifica-se que a operação questionada é tributável em sendo devido imposto sobre o valor a facturar no âmbito do referido contrato.

5. O n.º 2 do artº 29º do CIVA, com a nova redacção que foi dada pelo artº 1º do Decreto Lei nº Agosto, estabelece que as entidades não residentes sem estabelecimento estável em território pratiquem operações tributáveis e que não disponham de sede, estabelecimento estável ou don membro estão obrigadas a nomear um representante, sujeito passivo do imposto em território i procuração com poderes bastantes.

6. Conforme referido no n.º 3 do mesmo artigo o representante deverá cumprir todas as obriga aplicação do Código do IVA, incluindo a do registo, e será devedor do imposto que se n operações realizadas pelo representado. A nomeação do representante deve ser comunicada antes de efectuada a operação.

7. Relativamente às obrigações do representante fiscal esclarece-se que:

- O representante nomeado deverá solicitar um número de registo para o seu representante Nacional de Pessoas Colectivas (RNPC). O número atribuído às entidades não residentes é por nove dígitos, sendo os três primeiros 980.
- Após a obtenção do número de registo, deverá apresentar a declaração de início de actividade e Finanças da área da sua representação, devendo juntar-se uma procuração, da qual conste a identificação completa do representante.
- Ao representante fiscal serão atribuídas as obrigações que incumbem ao sujeito passivo. Paralelamente lhe são atribuídos os direitos inerentes ao mesmo, nomeadamente o direito de imposto suportado nos inputs da sua actividade.

8. Visando esclarecer as questões objectivamente colocadas, a seguir se indicam as diversas obrigações a serem cumpridas pelo representante fiscal:

**a) Obrigações declarativas**

- Entregar uma declaração de início, de alteração ou de cessação de actividade;
- Apresentar uma declaração periódica relativa às operações efectuadas no território nacional, bem como imposto dedutível nos termos dos artigos 19º e seguintes da Lei de Declaração de Imposto de Renda, a qual deverá ser apresentada com a identificação completa da representada, sendo a declaração poder ser assinada pelo representante no âmbito das suas competências;
- Apresentar a declaração anual relativa às operações efectuadas no exercício da sua actividade anterior;
- Apresentar, juntamente com a declaração anual atrás referida, um mapa recapitulativo dos sujeitos passivos seus clientes e/ou seus fornecedores, donde conste o montante total das operações internas realizadas com cada um deles no ano anterior, desde que superior a € 25 000.

**b) Obrigação de pagamento**

- Deverá proceder ao pagamento do imposto que se mostre devido pela prática das operações no território nacional, sem prejuízo do direito à dedução do imposto mencionado no recibo de entrega de mercadorias que faz parte das declarações de importação, bem como nas facturas relativas a aquisições no território nacional, desde que cumpridos os requisitos previstos nos artigos 19º, 20º e 21º da Lei de Declaração de Imposto de Renda, os fornecedores nacionais devem emitir as facturas em nome da empresa cliente representante fiscal em Portugal.

**c) Obrigação de facturação**

- Emitir uma factura ou documento equivalente por cada transmissão de bens ou prestação de serviços, a qual deverá ser processada em nome da representada, fazendo referência à representação. Os documentos devem ser processados de harmonia com o disposto no artigo 35º, nº 5 do Código do IVA de 1991, de 11 de Julho, de acordo com o disposto no artigo 5º do Dec.-Lei nº 198/90, de 1990.

**d) Obrigação de escrituração, arquivo e conservação**

- Dispor de contabilidade adequada ao apuramento e fiscalização do imposto. Assim deve ser disposto nos artigos 44º e seguintes do CIVA, que, decerto, serão do conhecimento da contabilidade da entidade passiva.

**CONCLUSÕES:**

Em face do exposto podemos concluir o seguinte:

1. A entrega de equipamentos em território nacional, no âmbito do contrato de fornecimento entre a empresa norte americana e a entidade nacional é uma operação tributável, face ao disposto nos

do CIVA.

2. Dado estar-se perante um sujeito passivo não residente, sem estabelecimento estável em que aqui vai praticar operações tributáveis e que não dispõe de sede, estabelecimento estável em Estado-Membro, deverão as obrigações decorrentes da aplicação do Código do IVA ser cumpridas pelo representante, munido de procuração com **poderes bastantes**, conforme n.ºs 2 e 3 do art.º 29.º. Isto significa que a procuração passada não possui os requisitos suficientes para efeitos do art.º 29.º.

3. A nomeação do representante deverá ser comunicada à parte contratante antes de efectuar o acordo com o previsto no n.º 4 do mesmo artigo.